PERNAMBUCO DECRETA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM 75 MUNICÍPIOS AFETADOS PELA ESTIAGEM PÁG. 4

CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição:26 • Quarta-feira, 01 de Julho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

DIVULGAÇÃO

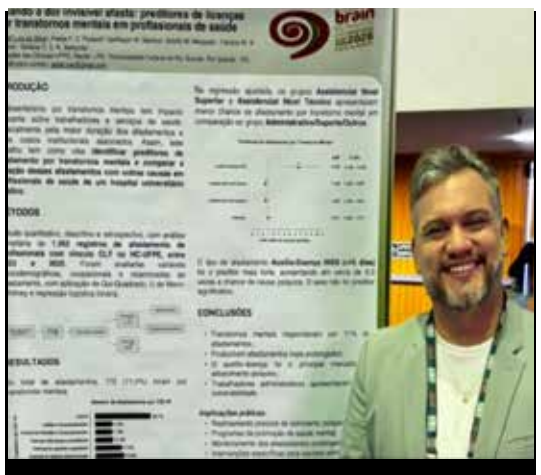
FLIPORTO 2026 AMPLIA PROGRAMAÇÃO E FORTALECE DIÁLOGO ENTRE LITERATURA E INOVAÇÃO



PÁG. 2



Governadora Raquel Lyra anuncia nova meta de 40 mil castrações gratuitas de cães e gatos através do Castramóvel PÁG. 2



Pesquisa do HC sobre saúde mental de profissionais de saúde ganha destaque em congresso internacional de neurociências PÁG. 2

ARTIGO



POR ANTÔNIO CAMPOS - ADVOGADO

Bets, ludopatia e prodigalidade: uma ação pioneira em defesa das famílias brasileiras PÁG. 5



Porto Digital leva mais 10 empresas pernambucanas para internacionalização em Portugal PÁG. 3



União Europeia elimina tarifas sobre produtos dos Estados Unidos para evitar nova guerra comercial PÁG. 3



Quatro anos após tragédia, Jardim Monte Verde recebe maior obra de contenção de encostas em área urbana do Brasil PÁG. 4



Colapso do Metrô do Recife escancara anos de sucateamento e deixa Linha Sul sem operar PÁG. 5

Governadora Raquel Lyra anuncia nova meta de 40 mil castrações gratuitas de cães e gatos através do Castramóvel

Após superar a marca de 20 mil castrações gratuitas, o Castramóvel teve sua meta ampliada pela governadora Raquel Lyra para 40 mil procedimentos até o fim do ano. A iniciativa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Sustentabilidade e de Fernando de Noronha, que recebe investimento de R$ 20 milhões, já atendeu cães e gatos em mais de 15 municípios e está funcionando, nesta semana, em frente ao Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, no Derby, região central do Recife. Na próxima semana, uma unidade do Castramóvel seguirá para o bairro da Várzea, na Capital. A vice-governadora Priscila Krause acompanhou a agenda.

DIVULGAÇÃO



"Com o Castramóvel, nós vamos chegar a 40 mil castrações garantidas até o fim do ano. Até agora, já atendemos mais de 20 mil animais. Estimamos que, em 5 anos, esses animais que foram castrados trariam ao mundo mais de 3 milhões outros animais em situação de rua. Isso é cuidado com a saúde animal e humana", afirmou a governadora.

Na ação desta terça, também foi castrada Aurora, cachorrinha resgatada pela governadora em Caruaru e adotada como a nova animal de estimação do Palácio Campo das Princesas. Na ocasião, a nova pet passou pelo mesmo processo regular de etapas que todos os outros animais atendidos no dia.

"Quando fazemos castrações, evitamos uma cascata de nascimentos. O programa de castração do Governo do Estado é uma coisa nunca antes vista. Estamos atingindo todo o Estado. Já estivemos em Petrolina, Salgueiro e várias cidades no interior", pontuou a secretária da Semas, Nathalie Ribeiro.

O programa de castração integra o compromisso do Governo de Pernambuco com a causa animal, fortalecendo ações voltadas à saúde pública, ao bem-estar animal e ao controle populacional responsável. São realizadas mais de 200 castrações por dia, das 8h às 15h, exclusivamente por agendamento, que pode ser feito pelo Instagram da Secretaria de Meio Ambiente (@meioambientepe).

Pesquisa do HC sobre saúde mental de profissionais de saúde ganha destaque em congresso internacional de neurociências

Um estudo desenvolvido no Hospital das Clínicas da UFPE sobre os atores que levam ao afastamento de profissionais por transtornos mentais recebeu menção honrosa durante o Congress on Brain, Behavior and Emotions 2026, realizado de 3 a 6 de junho, em Porto Alegre (RS). Considerado o maior congresso de neurociências da América Latina, o evento reuniu especialistas, pesquisadores e instituições de referência no Brasil e do exterior para difundir o conhecimento sobre cérebro, comportamento e emoções.

O estudo intitulado "Quando a dor invisível afasta: preditores de licença por transtornos mentais em profissionais de saúde" foi apresentado na modalidade pôster com apresentação oral, pelo médico psiquiatra Jadiel Luis da Silva, da Unidade de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalhador (Usost) do HC. O material foi desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Ocupacionais (NEO), da Usost, e contou com a participação de Felipe Passos, Gerffeson Martins, Adolfo Mesquita, Taciana Santos e Girlaine Sedycias.

"Compreender os fatores que levam ao afastamento de profissionais por transtornos mentais é fundamental para a construção de estratégias preventivas e para o fortalecimento das políticas de saúde ocupacional no ambiente laboral", comenta Jadiel Silva, que celebrou o reconhecimento da comissão julgadora à relevância científica do estudo do HC.

O especialista destaca que a identificação de preditores (sinais), como o sofrimento psíquico, permite que a instituição desenvolva intervenções mais assertivas com foco na saúde dos trabalhadores. "Ao antecipar cenários de risco psicossocial, o HC não apenas protege a saúde de seus colaboradores, mas também garante a continuidade e a qualidade da assistência prestada aos pacientes, reduzindo o absenteísmo e promovendo um ambiente de trabalho mais equilibrado", completa Jadiel.

Criado no âmbito da Usost, o NEO tem como missão primordial fomentar a produção científica e a análise de dados epidemiológicos dentro do hospital, transformando a rotina assistencial em conhecimento técnico capaz de subsidiar novas práticas de gestão de pessoas e de saúde.

O estudo quantitativo, descritivo e retrospectivo, realizou a análise censitária de 1.562 registros de afastamento de profissionais com vínculo CLT no HC, entre 2022 e 2025. Desses afastamentos, 172 (11%) responderam por transtornos mentais, sendo o maior índice. "Como implicações práticas podemos desenvolver estratégias, por exemplo, de rastreamento precoce desse sofrimento psíquico, programas de promoção de saúde mental, monitoramento dos afastamentos prolongados; e intervenções específicas para equipes administrativas, as mais afetadas, segundo o estudo", explica Jadiel Silva.

Foto Divulgação



SOBRE A HU BRASIL

Criada por meio da Lei nº 12.550/2011 e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a HU Brasil nasceu tendo como nome oficial Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh. É responsável pela administração de 47 hospitais universitários federais em 25 unidades da federação, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência. Em 2026, em um reposicionamento junto à sociedade, ao mercado e instituições parceiras, passou a ter um novo nome, que carrega sua essência: HU Brasil.

Fliporto 2026 amplia programação e fortalece diálogo entre literatura e inovação

A Festa Literária Internacional de Pernambuco (Fliporto) chega à sua 21ª edição com uma proposta inovadora. Além da programação tradicional da Fliporto Arte, que será realizada no Espaço Janete Costa, no Parque Dona Lindu, em Boa Viagem, Zona Sul do Recife, o festival levará sua programação literária e a livraria oficial para o Centro do Recife, integrando-se ao ecossistema de inovação da cidade e dialogando com o REC'n'Play promovido pelo Porto Digital.

Os dois eventos acontecerão no mesmo período, em novembro. Com isso, a coordenação da Fliporto decidiu transformar a coincidência das datas em uma oportunidade para aproximar literatura, tecnologia, economia criativa e inovação.

No Centro do Recife, a programação literária reunirá escritores, pesquisadores, artistas, editores e especialistas em debates sobre literatura, inteligência artificial, transformação digital, mercado editorial e os desafios da criação literária no século XXI. No mesmo espaço funcionará a livraria oficial da Fliporto, fortalecendo o encontro entre autores, leitores e o ambiente de inovação do Porto Digital.

Já a Fliporto Arte permanecerá no Espaço Janete Costa, no Parque Dona Lindu, com uma programação dedicada às artes visuais, exposições e atividades culturais.

A edição de 2026 homenageará a literatura latino-americana e caribenha e celebrará a obra do poeta pernambucano, Marcus Accioly. O tema deste ano será a literatura na era digital e da inteligência artificial.

Segundo Antônio Campos, coordenador da Fliporto, a proposta é aproveitar a realização simultânea dos dois eventos para criar uma experiência inédita de integração entre cultura, literatura e inovação.

"A coincidência das datas permitiu construir uma parceria inteligente. A programação literária da Fliporto e a nossa livraria estarão no Centro do Recife, inseridas no ecossistema do Porto Digital e dialogando com a programação do

Foto Divulgação



REC'n'Play. Já a Fliporto Arte permanece no Espaço Janete Costa, no Parque Dona Lindu, valorizando as artes visuais. Queremos conectar a tradição da literatura com a inovação tecnológica, aproximando escritores, leitores e o universo da economia criativa", afirmou Antônio Campos.

Com esse novo formato, a Fliporto amplia sua presença na cidade e reforça sua vocação de promover o diálogo entre cultura, literatura, tecnologia e inovação, consolidando-se como um dos principais festivais literários do Brasil.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

União Europeia elimina tarifas sobre produtos dos Estados Unidos para evitar nova guerra comercial

DIVULGAÇÃO



A União Europeia (UE) passará a eliminar, a partir desta quarta-feira (1º), as tarifas de importação sobre diversos produtos industriais dos Estados Unidos. A medida faz parte da implementação do acordo comercial firmado entre os dois blocos em 2025 e busca evitar uma nova escalada na guerra comercial entre europeus e norte-americanos.

A decisão foi aprovada pelo Conselho da União Europeia após o aval do Parlamento Europeu, que aprovou a proposta por ampla maioria. Com isso, o bloco europeu cumpre sua parte no acordo firmado com o governo do presidente norte-americano, Donald Trump, que havia ameaçado impor tarifas ainda mais elevadas caso o compromisso não fosse implementado até o início de julho.

Pelas novas regras, a União Europeia eliminará as tarifas de importação sobre produtos industriais fabricados nos Estados Unidos e ampliará o acesso preferencial ao mercado europeu para diversos produtos agrícolas norte-americanos. Também será prorrogada a isenção tarifária para a importação de lagostas dos EUA, acordo que já existia desde o primeiro mandato de Trump.

O objetivo do acordo é reduzir as tensões comerciais entre as duas maiores economias do Ocidente, garantir maior previsibilidade para empresas exportadoras e fortalecer o comércio bilateral. A expectativa é de que a redução das barreiras comerciais estimule investimentos, aumente o fluxo de mercadorias e beneficie empresas dos dois lados do Atlântico.

Apesar da aprovação, o Parlamento Europeu incluiu mecanismos de proteção que permitem à União Europeia suspender as concessões tarifárias caso os Estados Unidos descumpram os termos do acordo ou adotem novas medidas consideradas prejudiciais ao bloco. A legislação também prevê revisões periódicas e tem validade até o fim de 2029.

O acordo é visto como um passo importante para estabilizar as relações comerciais entre Estados Unidos e União Europeia após anos marcados por disputas tarifárias envolvendo produtos industriais, agrícolas e siderúrgicos. Especialistas avaliam que a medida pode contribuir para reduzir incertezas no comércio internacional e favorecer a recuperação da economia global em um momento de desaceleração e tensões geopolíticas.

Porto Digital leva mais 10 empresas pernambucanas para internacionalização em Portugal

DIVULGAÇÃO



O Porto Digital deu mais um passo para ampliar a presença da tecnologia pernambucana no mercado internacional. Dez empresas foram selecionadas para participar de um programa de internacionalização em Portugal, por meio do Cais do Porto, hub de inovação mantido pelo parque tecnológico brasileiro na cidade de Aveiro. A iniciativa busca preparar os empreendimentos para expandir suas operações na Europa, conectando-os a investidores, clientes, universidades e centros de pesquisa.

O programa é voltado para empresas de base tecnológica que já possuem negócios consolidados e desejam acessar o mercado europeu. Durante a jornada, os participantes recebem consultorias especializadas, capacitação em internacionalização, apoio jurídico, tributário e comercial, além de acompanhamento estratégico para adaptar produtos e serviços às exigências da União Europeia.

A experiência é desenvolvida em duas etapas. Inicialmente, as empresas passam por uma fase de preparação no Brasil, com mentorias e planejamento estratégico. Em seguida, participam de uma imersão em Portugal, onde terão acesso ao ecossistema europeu de inovação, networking com empresários, investidores e potenciais parceiros comerciais, além da possibilidade de estabelecer operações no continente.

O Cais do Porto, instalado em Aveiro, funciona como a principal porta de entrada para empresas brasileiras interessadas em atuar na Europa. O hub oferece infraestrutura física, apoio à instalação das empresas, conexões institucionais e acesso a programas de incentivo à inovação e ao empreendedorismo, facilitando a expansão internacional dos negócios pernambucanos.

A iniciativa integra a estratégia de internacionalização do Porto Digital, considerado um dos maiores parques tecnológicos e de inovação da América Latina. O ecossistema reúne centenas de empresas nas áreas de tecnologia da informação, economia criativa, inteligência artificial, cibersegurança, saúde digital e inovação, gerando milhares de empregos qualificados e movimentando bilhões de reais por ano na economia pernambucana.

Segundo os organizadores, a internacionalização representa uma oportunidade para que empresas locais diversifiquem mercados, ampliem receitas e aumentem sua competitividade global. Além de fortalecer a economia de Pernambuco, a iniciativa contribui para posicionar o Estado como referência nacional na exportação de tecnologia, inovação e serviços de alto valor agregado.

Saúde do Recife revela legado de abandono deixado por João Campos



A saúde pública do Recife volta a revelar um cenário que contrasta com o discurso de eficiência adotado durante a gestão do ex-prefeito João Campos. Fiscalização realizada pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco na Policlínica e Maternidade Professor Barros Lima encontrou déficit de médicos, sobrecarga das equipes e uma série de irregularidades que comprometem a assistência à população.

A inspeção identificou falta de médicos nas áreas de obstetrícia, neonatologia e clínica médica. Para evitar que plantões fossem interrompidos, os próprios profissionais da unidade vêm assumindo escalas extras. O resultado é uma rotina de desgaste, pedidos de exoneração e dificuldade para recompor as equipes, enquanto a demanda por atendimentos e partos continua aumentando.

O relatório também aponta ausência de equipe para transporte inter-hospitalar, inexistência da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), falta de equipe própria para remoção de pacientes graves, ausência de sala de observação na emergência obstétrica e inexistência de médico exclusivo para atendimento das intercorrências.

O aspecto mais preocupante é que essas irregularidades não são novidade. O próprio Cremepe já havia alertado a Prefeitura sobre parte dos problemas em fiscalização realizada em dezembro de 2025. Passados meses, as falhas permanecem, indicando que os alertas do órgão não resultaram em medidas capazes de reverter a situação.

O novo relatório aumenta os questionamentos sobre o legado deixado por João Campos, que deixou a Prefeitura para disputar o Governo de Pernambuco. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pela solução dos problemas recai agora sobre seu sucessor, o prefeito Victor Marques, aliado político e amigo de infância de João Campos, que herdou uma rede de saúde marcada por deficiências estruturais e escassez de profissionais.

Enquanto a direção da maternidade aguarda a nomeação de médicos aprovados em concurso público, pacientes e profissionais convivem diariamente com uma realidade de sobrecarga e insegurança. Para quem depende exclusivamente do SUS, a crise deixa evidente que os problemas da saúde pública municipal continuam longe de uma solução.

Diante das irregularidades encontradas, o Cremepe lavrou Termo de Notificação e informou que encaminhará o relatório aos órgãos competentes, cobrando providências imediatas para garantir condições adequadas de atendimento à população e de trabalho aos profissionais de saúde.

Quatro anos após tragédia, Jardim Monte Verde recebe maior obra de contenção de encostas em área urbana do Brasil

Quatro anos após a tragédia provocada pelas fortes chuvas de 2022, que deixou 48 mortos apenas na comunidade de Jardim Monte Verde, entre Recife e Jaboatão dos Guararapes, o Governo de Pernambuco entregou a obra de contenção de encostas considerada a maior já executada em área urbana no Brasil. A intervenção busca reduzir o risco de novos deslizamentos e oferecer mais segurança aos moradores da região.

Foram investidos R$ 92,4 milhões na recuperação de uma área superior a 47 mil metros quadrados. As intervenções incluíram estabilização das encostas, sistemas de drenagem, terraplenagem, pavimentação, remoção de vegetação em áreas de risco, requalificação urbanística e a criação de painéis artísticos em diversos pontos da comunidade.



Além das obras de engenharia, o projeto transformou espaços antes devastados pela tragédia em áreas de convivência. A comunidade passou a contar com quadras esportivas, academia ao ar livre, parque infantil, escadarias requalificadas, pista de caminhada, áreas arborizadas, espaços de lazer e um memorial em homenagem às vítimas das chuvas de 2022.

Segundo o Governo de Pernambuco, cerca de 5 mil moradores serão beneficiados diretamente pelas intervenções, enquanto aproximadamente 23 mil pessoas de Jaboatão dos Guararapes e Recife passam a contar com maior segurança em uma das áreas historicamente mais vulneráveis aos deslizamentos de terra.

Durante a solenidade, também foi autorizada a revitalização do canal de Jardim Monte Verde, com investimento superior a R$ 3 milhões, além do início do processo de regularização fundiária da comunidade, medida que permitirá a emissão de títulos de propriedade para moradores.

Outra ação importante foi a instalação de 516 sistemas de captação e aproveitamento de água da chuva (PluGoW), com investimento de R$ 7,9 milhões, ampliando o acesso à água para consumo humano e fortalecendo a segurança hídrica da população.

As obras começaram em junho de 2024 e fazem parte de um conjunto de ações voltadas à recuperação da comunidade após a maior tragédia provocada por chuvas da história recente de Pernambuco. Em maio de 2022, temporais provocaram deslizamentos de barreiras em diversas cidades da Região Metropolitana do Recife e da Zona da Mata. Ao todo, 133 pessoas morreram no Estado, sendo 48 vítimas em Jardim Monte Verde, onde famílias inteiras foram soterradas. A tragédia evidenciou a vulnerabilidade das áreas de morro ocupadas irregularmente e reacendeu o debate sobre políticas permanentes de prevenção de desastres e habitação segura.

A entrega da obra representa um marco na reconstrução da comunidade, mas também reforça a necessidade de investimentos contínuos em contenção de encostas, drenagem e monitoramento de áreas de risco, especialmente em um estado que, durante o período chuvoso, convive frequentemente com alagamentos, deslizamentos e perdas

PRF recolhe caminhonete com 95 restrições judiciais durante fiscalização na BR-104, em Caruaru

Uma caminhonete com 95 restrições judiciais foi recolhida pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante uma fiscalização realizada na Unidade Operacional Juriti, na BR-104, em Caruaru, no Agreste de Pernambuco. O caso chamou a atenção pelo elevado número de determinações judiciais vinculadas a um único veículo.

A abordagem ocorreu durante uma fiscalização de rotina. Ao consultar os sistemas de segurança, os policiais verificaram que a caminhonete

DIVULGAÇÃO



acumulava 95 restrições judiciais, entre elas impedimentos de circulação, bloqueios para transferência de propriedade, penhoras e outras determinações expedidas pela Justiça. Diante da irregularidade, o veículo foi imediatamente recolhido para o cumprimento das decisões judiciais e adoção das medidas administrativas cabíveis. A PRF não informou quem era o condutor nem detalhou a origem das restrições ou os processos judiciais que resultaram nos bloqueios.

Segundo a Polícia Rodoviária Federal, as consultas aos bancos de dados fazem parte da rotina das fiscalizações realizadas nas rodovias federais e permitem identificar veículos com restrições judiciais, registros de roubo, furto, adulterações e outras irregularidades.

A ocorrência reforça a importância das operações de fiscalização da PRF nas rodovias federais, que frequentemente resultam na recuperação de veículos com pendências judiciais e na identificação de irregularidades relacionadas à circulação e à propriedade de automóveis.

Pernambuco decreta situação de emergência em 75 municípios afetados pela estiagem

A governadora Raquel Lyra (PSD) decretou situação de emergência em 75 municípios de Pernambuco, que estão sendo afetados pela estiagem. O decreto foi oficializado nesta terça (30).

De acordo com o documento ao qual o Blog Cenário teve acesso, a medida considera a redução das chuvas nas regiões onde há reservatórios de abastecimento, causando queda das reservas hídricas e impactando, principalmente, a agropecuária.

O texto também destaca que os habitantes dos municípios afetados não têm condições de superar os danos e prejuízos provocados pela estiagem, devido à situação socioeconômica desfavorável das regiões, o que exigiu do Estado a adoção de



medidas para restabelecer a normalidade.

Segundo o texto, a situação de anormalidade é válida por 180 dias. O decreto determina ainda que as secretarias e os órgãos do Poder Executivo Estadual tomem providências para o enfrentamento dos efeitos da estiagem.

Com a decretação da situação de emergência, os municípios podem também adotar medidas excepcionais de enfrentamento da estiagem, além de solicitar o apoio da União para ações de resposta ao desastre.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

BETS, LUDOPATIA E PRODIGALIDADE: UMA AÇÃO PIONEIRA EM DEFESA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

A expansão das plataformas de apostas esportivas no Brasil deixou de ser apenas um fenômeno econômico. Tornou se um grave problema de saúde pública, de proteção ao consumidor e de preservação das famílias brasileiras. O avanço da ludopatia, transtorno caracterizado pela compulsão por jogos, e o aumento do superendividamento exigem respostas concretas do Estado e do Poder Judiciário.

Foi nesse contexto que ajuizei uma ação popular, em tramitação na 18ª Vara Federal do Distrito Federal, considerada a primeira no Brasil a enfrentar, de forma ampla, a necessidade de uma atuação mais efetiva da União na fiscalização das bets e dos chamados jogos do tigrinho. A ação também busca que sejam impostas restrições à publicidade dessas plataformas, utilizando, por analogia, os parâmetros adotados pela legislação antifumo e a teoria dos princípios, diante dos evidentes impactos sociais e sanitários provocados pelo jogo compulsivo.

A petição inicial foi instruída com estudos científicos e econômicos que demonstram os efeitos do jogo abusivo sobre a saúde pública, a economia e a estabilidade das famílias brasileiras. As evidências revelam que a ludopatia deixou de ser um problema individual para se tornar uma questão coletiva, capaz de comprometer o patrimônio, a saúde mental e a própria dignidade de milhões de pessoas.

A ação também procura ampliar o debate sobre a aplicação do instituto da prodigalidade aos casos de dependência em apostas. A ludopatia não pode ser tratada apenas como uma escolha individual, mas como um transtorno que compromete a capacidade de administrar racionalmente o próprio patrimônio. Nesses casos, o ordenamento jurídico brasileiro já prevê instrumentos de proteção, como a curatela parcial do pródigo, mecanismo que pode preservar bens, proteger famílias e impedir que o vício destrua completamente a vida financeira do jogador.

Não se trata de retirar direitos ou estigmatizar quem sofre com a doença. Ao contrário. O objetivo é oferecer proteção jurídica à pessoa vulnerável, preservando sua dignidade, seu patrimônio e os interesses de sua família, da mesma forma que o Direito já protege pessoas em outras situações de vulnerabilidade.

A relevância da matéria foi reconhecida logo no início da tramitação do processo. Antes mesmo da apreciação dos pedidos, o Juízo determinou a verificação da existência de outra ação semelhante na Justiça Federal do Distrito Federal, sede da União. A consulta confirmou



que não havia nenhuma demanda com o mesmo objeto, fazendo com que esta ação se tornasse preventa para a matéria em sede de ação popular ou ação civil pública. Trata se, portanto, de uma iniciativa pioneira, que inaugura uma discussão jurídica de grande relevância nacional.

A importância do processo também foi evidenciada pela manifestação espontânea da própria União Federal. Antes mesmo de qualquer intimação, requereu sua regular intimação para apresentar manifestação prévia acerca do pedido de tutela de urgência, ressaltando a relevância e o potencial impacto jurídico da matéria, nos termos do artigo 2º da Lei nº 8.437, de 1992.

As bets utilizam tecnologias e estratégias de marketing altamente sofisticadas para manter os usuários conectados, estimulando apostas sucessivas por meio de recompensas imediatas, publicidade intensa e campanhas protagonizadas por influenciadores e celebridades. Esse modelo de negócio potencializa comportamentos compulsivos e contribui para o crescimento dos casos de endividamento, perda de patrimônio, adoecimento mental e desestruturação familiar.

As reflexões jurídicas recentemente publicadas sobre ludopatia e prodigalidade reforçam que o ordenamento jurídico brasileiro já dispõe de instrumentos capazes de proteger pessoas que perderam sua capacidade de administrar o patrimônio em razão da compulsão pelo jogo. É preciso interpretar esses mecanismos à luz da nova realidade social imposta pela expansão das apostas eletrônicas, colocando a dignidade da pessoa humana no centro da atuação estatal.

A regulamentação das apostas não pode servir apenas para ampliar a arrecadação tributária. É indispensável que existam fiscalização efetiva, restrições proporcionais à publicidade, políticas públicas de prevenção à ludopatia e instrumentos jurídicos aptos a proteger aqueles que perderam sua autonomia financeira em decorrência da dependência.

O lucro de um mercado bilionário jamais pode prevalecer sobre a dignidade humana. Quando mais de 12 milhões de brasileiros participam ativamente desse mercado e milhares de famílias convivem com o endividamento e a compulsão, torna se imprescindível um freio de arrumação. Assim como ocorreu com a publicidade do cigarro, é legítimo discutir limites constitucionais para a propaganda das apostas quando estão em jogo a saúde pública, a proteção da família e o interesse coletivo.

A ação popular inaugura uma importante discussão jurídica no país. Mais do que responsabilizar plataformas de apostas, ela pretende afirmar o dever constitucional da União de fiscalizar esse mercado e utilizar todos os instrumentos jurídicos disponíveis para proteger cidadãos vulneráveis diante de um problema que cresce em ritmo alarmante e já produz profundos impactos econômicos, sociais e humanos.

Colapso do Metrô do Recife escancara anos de sucateamento e deixa Linha Sul sem operar

O colapso da Linha Sul do Metrô do Recife marcou um dos momentos mais críticos da história do sistema metroferroviário pernambucano. Pela primeira vez, a operação precisou ser totalmente suspensa por falta de trens em condições de circulação, deixando cerca de 60 mil passageiros sem transporte e evidenciando o agravamento de uma crise que se arrasta há anos.

Segundo a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a paralisação da última segunda-feira (29) ocorreu porque não havia a quantidade mínima de composições necessária para garantir a operação da linha, que possui 12 estações e liga o Recife a Jaboatão dos Guararapes. A empresa informou que não havia previsão para a retomada do serviço no momento do anúncio.

A Linha Sul opera com trens fabricados na década de 1980. Embora o funcionamento ideal exija sete composições, o ramal já vinha operando há meses com apenas cinco. Na segunda-feira, nem mesmo quatro trens — o mínimo necessário para manter o serviço — estavam disponíveis, tornando inevitável a suspensão das viagens.

A paralisação obrigou milhares de passageiros a recorrerem aos ônibus. O Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano colocou linhas extras em circulação para tentar reduzir os impactos, mas usuários enfrentaram longas filas, atrasos e superlotação. Muitos só descobriram que o metrô não funcionava ao chegarem às estações.

O episódio é apontado por especialistas como consequência de anos de falta de investimentos. Estudos técnicos da própria CBTU já alertavam que a Linha Sul poderia entrar em colapso até 2027 devido à obsolescência da frota. Como medida emergencial, o Governo Federal providenciou a transferência de seis trens usados do sistema metroviário de Belo Horizonte para o Recife. A primeira composição já chegou, enquanto as demais devem ser entregues até setembro, numa tentativa de evitar a paralisação definitiva do ramal.

DIVULGAÇÃO



O colapso ocorre após uma sequência de problemas registrados apenas neste ano. Em junho, o sistema sofreu dois descarrilamentos em menos de cinco dias, além de falhas elétricas, interrupções na rede aérea e outros incidentes que comprometeram a operação. A crise também foi marcada pela morte de um funcionário da CBTU durante um serviço de manutenção na rede elétrica, fato que reacendeu o debate sobre as condições de trabalho e a segurança operacional do sistema.

Enquanto a concessão do metrô à iniciativa privada continua em discussão, passageiros convivem diariamente com atrasos, redução da frota, falhas constantes e insegurança sobre a continuidade do serviço. Entidades ligadas à mobilidade urbana afirmam que o fechamento da Linha Sul representa o ponto mais grave do sucateamento do metrô recifense e defendem investimentos urgentes para recuperar um sistema considerado essencial para a mobilidade da Região Metropolitana do Recife.